➤ PREGÃO ELETRÔNICO**▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões****RECURSO :**

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA COMISSÃO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 45/2022
RECORRENTE: 2MJ MANAUS LTDA

A empresa 2MJ MANAUS LTDA, de CNPJ nº. 28.151.803/0001-66, já devidamente qualificada nos autos, vem, perante Vossa Senhoria, interpor recurso administrativo para INABILITAR a empresa por ora habilitada no pregão 45 / 2022 desse órgão público, em razão de não ter apresentado as documentações exigidas nas legislações, sendo assim, contrariando a legislação que é clara, objetiva e direta em respeito ao assunto. E ainda, contrariando a regra imposta no item 7.1 do edital que exige que a empresa licitante deve enviar por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com a proposta a documentação para habilitação, implicando assim em uma ilegalidade perante a legislação e ao edital. Assim, tornando-se inabilitada por ir de forma contrária ao próprio objetivo do edital, além do art. 27, da Lei 8.666/93, do art. 62 da Lei 14.133/21, do art. 26, do Decreto 10.024/-19, do art. 40, III, do Decreto 10.024/19, do TCU – Acórdão 785/2012 – Plenário, do TCU – Acórdão 1405/2011 – Plenário, do TCU – Acórdão 1602/2004 – Plenário, conforme abaixo comprovado.

I – DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO DO EDITAL

Trata-se de Pregão Eletrônico n. 45/2022, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, que tem como objeto a "contração de empresa de engenharia especializada para execução de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de forma continuada dos equipamentos de ar condicionado".

A apresentação da documentação para habilitação é exigida no edital da seguinte forma: "7.1 – A licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então será encerrada automaticamente a fase de recebimento de propostas."

A 2MJ MANAUS LTDA comprovou em sua documentação anexada de forma a habilitar-se de acordo com a regra exigida no edital deste órgão público e, ainda, estando em plena conformidade com a legislação que traz luz e regue sobre o assunto, o que não aconteceu com a empresa por ora habilitada.

II – SOBRE A APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO NA LEGISLAÇÃO

Como sendo uma regra é necessário a comprovação para habilitação o envio ou anexo da documentação comprobatória, como determina a Lei nº 8.666/93, sendo assim, o art. 27, III da Lei 8.666/93, in verbis:

"Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

- I - qualificação técnica;
- III - qualificação econômico-financeira;
- IV - regularidade fiscal.
- IV - regularidade fiscal e trabalhista;
- V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal."

Já a Lei 14.133/21 menciona em seu art. 62, in verbis:

"Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

- I - jurídica;
- II - técnica;
- III - fiscal, social e trabalhista;
- IV - econômico-financeira."

Já o Decreto 10.024/19 menciona em seu art. 26, in verbis:

"Art. 26. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública."

Ainda no Decreto 10.024/19 menciona em seu art. 40, in verbis:

"Art. 40. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

- I - à habilitação jurídica;
 - II - à qualificação técnica;
 - III - à qualificação econômico-financeira;
 - IV - à regularidade fiscal e trabalhista;
 - V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas estaduais, distrital e municipais, quando necessário; e
 - VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do caput do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993."
- Assim como nas decisões do TCU:

TCU – Acórdão 785/2012 – Plenário: "É lícita a inabilitação de licitante que não tenha apresentado a documentação comprobatória de regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e jurídica, nem tenha autorizado a consulta ao Sicaf consoante faculdade prevista no edital."

TCU – Acórdão 1405/2011 – Plenário: "É obrigatória a verificação da documentação de regularidade jurídica e fiscal das empresas, inclusive nos casos de contratações por dispensa de licitação."

TCU – Acórdão 1602/2004 – Plenário: "Os processos administrativos referentes às contratações devem incluir organizadamente toda a documentação necessária à comprovação das condições de habilitação dos licitantes."

E ainda tem a SÚMULA 283 onde o relator Ministro José Jorge declara:

"SÚMULA TCU 283: Para fim de habilitação, a Administração Pública não deve exigir dos licitantes a apresentação de certidão de quitação de obrigações fiscais, e sim prova de sua regularidade."

E a súmula 222 informa:

TCU SÚMULA 222

As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Todos os dispositivos tratados até então são de caráter geral (normas gerais), motivo pelo qual aplica-se todas as orientações do TCU e Súmula 222 da Corte de Contas.

III – PEDIDOS

Seja julgado totalmente procedente este recurso, de forma a DESABILITAR a empresa habilitada, em virtude de que a 2MJ MANAUS LTDA possui condições de fornecer o serviço de manutenção nos condicionadores de ar tipo split em conformidade com as especificações solicitadas pelo órgão público, e em total acordo com os artigos das legislações que norteiam as licitações e pregões eletrônicos em seus dispositivos legais e nas leis 8.666/93, 14.133/21 e decreto 10.024/19 c/c do edital.

Ou seja, Ilustríssimo (a) senhor (a), não havia nenhum outro documento, junto aos demais que foram enviados pela empresa habilitada, que comprovasse a sua habilitação, sendo assim, ausência de fatos verídicos, e nada mais.

A conduta correta a ser tomada por vossa senhoria, neste momento, era de HABILITAR, de ofício, a recorrente, vez que cumpriu com os requisitos objetivos do edital. Ainda que a 2MJ MANAUS LTDA anexou os cálculos trabalhistas exigidos, anexou a comprovação de ser uma empresa devidamente registrada no órgão de classe de engenharia, anexou a proposta atualizada com as correções exigidas durante as sessões públicas, e, mesmo, que não tenha colocado a disposição de tempo integral o funcionário ENCARREGADO é que na visão do gestor esse tipo de funcionário não será necessário a sua permanência de forma de dedicação exclusiva no tribunal visto que esse tipo de profissional deve ter sua atividade dedicada em orientação dos técnicos e assistentes, além de apenas supervisionar de forma pontual as atividades direcionadas aos funcionários que estão dedicados exclusivamente à realização dos serviços a este órgão público.

Temos em que, pede deferimento.

Manaus, 3 de agosto de 2022.

2MJ MANAUS LTDA

Voltar